

GES
PCP

G



ÓRGÃO DE UNIDADE DOS CAMPONESES DO SUL

COMEMOREMOS
O 5 DE OUTUBRO

Com lançamento de foguetes, romagem às campas dos mártires que tombaram na luta contra o fascismo, com paralisações de trabalho e Amplas Reuniões de trabalhadores onde se discuta a organização da nossa luta por melhores jornadas e condições de trabalho, comemoremos esta data querida do nosso Povo.

UMA POLÍTICA AGRÁRIA CONTRA a população trabalhadora dos campos

○ «Jornal de Évora» de 4-8-66 transcrevendo a carta dum seareiro de S. Tiago Maior em que mencionava as despesas e receitas com a sua seara, acrescentava que, «depois de um ano de trabalho e com uma seara de 15 sementes (o que é óptimo), ele ainda teve um prejuízo de 2.133\$00». Se com uma seara de 15 sementes ainda se tem um prejuízo desta monta, que dizer então da situação da grande maioria de seareiros, que tiveram searas de 5 sementes em média?

Como disse no VI Congresso do Partido Comunista Português Álvaro Cunhal, Secretário Geral do Partido, «os latifundiários e grandes capitalistas da agricultura exploram desenfreadamente os proletários rurais e procuram continuar a engrandecer as suas fortunas à custa das dificuldades dos camponeses médios e da ruína dos camponeses pobres. Nisso serve-os o governo fascista sem quaisquer restrições.

A política agrária fascista visa apressar o ritmo do desenvolvimento do capitalismo nos campos, favorecer a criação e desenvolvimento de grandes explorações capitalistas, impulsionar a liquidação da pequena produção, manter um numeroso exército de assalariados rurais desempregados que facilite a baixa de salários.

É tão ostensiva esta política, que o governo vai ao ponto de «planificar» a redução da população agrícola activa verificando que, de 1950 a 1960, a diminuição média anual foi de 8,2 milhares de pessoas, pretendendo que passe a ser de 23,8 milhares de 1965 a 1967, de 40,8 milhares de 1968 a 1970 e de 52,0 milhares

de 1971 a 1973 («Plano Intercalar de Fomento», v. 1, pág. 74). Isto é: pretende que, no espaço de 9 anos, a população agrícola activa diminua de 360 mil pessoas!

Isto que significa? Significa o propósito de, por via de mecanização e melhoria técnica das grandes explorações, lançar mais e mais para o desemprego os assalariados rurais, expulsar da agricultura uma parte, empreender a rápida liquidação de muitas dezenas de milhares de pequenas explorações.

A política dos preços, a política dos salários, a política dos mercados, a política do crédito, a política fiscal, o «emparcelamento», a «colónização», a «reconversão agrícola», o «aproveitamento dos baldios», tudo tende ao mesmo objectivo «proteger os grandes agrários contra o proletariado e os pequenos e médios agricultores.

Este mesmo objectivo tem a organização corporativa. Instalados nos Grémios, Juntas e Federações, os grandes senhores da terra comandam os preços, monopolizam mercados, chamam a si facilidades e créditos.

Os pequenos agricultores e boa parte dos médios estão sempre com a corda na garganta. Se as colheitas são más, a venda dos produtos não chega para as despesas. Se, à custa dum trabalho faticosíssimo, de enormes privações, dum endividamento para comprar adubos, sementes e insecticidas, os camponeses pobres conseguem melhores colheitas, então o governo e os grandes agrários, senhores das alavancas dos preços, do aparelho comercial, dos transportes, dos mercados, fixam preços de ruína para os pequenos produtores ou impedem simples-

(continua na 4.ª pág.)

A CRISE DA AGRICULTURA E O ENSINO AGRÍCOLA

Neste «paraíso» de Salazar, os filhos dos operários agrícolas e dos pequenos camponeses não têm direito ao ensino. Quantos dos nossos filhos estudam? Qual o trabalhador que possa dizer: O meu filho fez o 2º ano, o 5º, o 7º ano de liceu, está a estudar para médico ou para engenheiro? Os nossos filhos só têm direito a frequentar a escola primária da terra, onde pouco mais lhes ensinam além da leitura, da escrita e das operações aritméticas, mas onde também não se esquecem de lhes ensinar todo o ca-

tecismo e de lhes falar nas maravilhas do «Estado Novo». O liceu e a Universidade não são para os nossos filhos, mas para os filhos dos agrários e da burguesia. Nós não temos dinheiro para lhes pagar os estudos, os livros, as propinas e nem sequer podemos dar-lhes a alimentação que eles precisariam. Como o governo salazarista é um governo que serve os interesses dos latifundiários e dos monopolistas, reserva o ensino aos filhos desses senhores para que

(continua na 5.ª pág.)

AS NOSSAS LUTAS E OS NOSSOS PROBLEMAS

Um faniquero do Escoural só queria pagar a jorna de 36\$00 aos trabalhadores que pretendem contratar para os trabalhos da debulha, mas estes exigiram 40\$00. Ao fim duma semana de ter a debulhadora parada, o faniquero resolveu-se a pagar os 40\$00 e os trabalhadores pegaram no trabalho,

NA TIRAGEM DA CORTIÇA AMADIA

Em toda a região de Abela, Escoural e Palmela as jornas foram de 60\$00.

Na região de Montemor-o-Novo foram de 55\$00.

— Um rancho do Escoural que foi trabalhar para o concelho de Reguengos de Monsaraz conquistou a jorna de 60\$00, viagens e tempo perdido nelas à custa do patrão.

— Um outro rancho de 12 homens que saiu para a região de Montemor a quem o patrão só queria pagar a jorna de 50\$00 exigiu 55\$00. Como o patrão não quisesse pagar esta jorna eles recusaram-se a pegar no trabalho. 8 dias depois, o patrão foi buscá-los pela jorna que eles exigiram.

— Também um rancho de 30 homens de Montemor se recusou a tirar cortiça pela jorna de 50\$00 e exigiram os 55\$00.

— Um rancho da região de Palmela que reivindicava a jorna de 55\$00 parou o trabalho por o agrário só querer pagar 50\$00. Vendo a firme disposição de luta dos trabalhadores, o agrário resolveu pagar os 55\$00, mas estes já não os aceitaram e exigiram 60\$00 o que ele acabou por dar se quis o trabalho feito.

NOS TRABALHOS DO ARROZ

Um rancho de mulheres que trabalhava numa lavra da região das Alcáçovas com a jorna de 30\$00 e a quem o patrão mandava buscar todos os dias de transporte à terra para o trabalho e vice-versa, recu-

sou-se a pegar no trabalho, porque o patrão quis baixar-lhes a jorna para 28\$00 e retirar-lhes o transporte.

Passado duas semanas, este agrário foi buscar um rancho ao Escoural para os mesmos trabalhos, com as mesmas condições de transporte, mas com a jorna de 28\$00. No sábado seguinte, pretendeu baixar a jorna para 25\$00 e retirar-lhes também o transporte. Na 2ª feira nenhuma trabalhadora compareceu ao trabalho.

COMPANHEIROS! Os tiradores de cortiça ao conquistarem as jornas de 55 e 60\$00 obtiveram, em relação ao ano passado, um aumento de jorna de 10\$00. Este aumento só foi possível, porque os tiradores de cortiça lutaram valentemente unidos e firmes por ele. Mas, o facto de ter havido para os mesmos trabalhos e na mesma região uma diferença de 5\$00 por dia ou seja de 30\$00 por semana na jorna de cada trabalhador, vem mais uma vez demonstrar a necessidade de se constituírem COMISSÕES DE UNIDADE que estabeleçam a jorna a exigir e coordenem a luta entre os trabalhadores das várias terras de cada região. Se os trabalhadores da região de Montemor tivessem a sua COMISSÃO de UNIDADE não teria havido esta diferença na jorna, porque nada a justifica. Eles não teriam lutado pela jorna de 55\$00, mas pela de 60\$00 e tê-la-iam conquistado porque, como todos sabemos, só tira cortiça quem sabe e nem todos os trabalhadores o sabem fazer. Havia, portanto, condições para se ter conquistado.

Aproveitando-se deste facto os trabalhadores da região de Palmela conquistaram a jorna de 60\$00. «Quando o pau dá, é que se lhe tira a casca», assim diz o rifão. Foi justamente isso que eles fizeram.

O mesmo dizemos em relação ao rancho do Escoural, que se sujeitou a uma jorna que as suas companheiras das Alcáçovas não aceitaram. Tanto os tiradores de cortiça, como o rancho das Alcáçovas, não deviam ter pegado no trabalho por uma jorna inferior ao dos companheiros e pela jorna que as suas companheiras não quiseram aceitar.

A nossa unidade e solidariedade é uma condição indispensável para o êxito das nossas vitórias. Só assim é que conseguimos aquilo que exigimos. A experiência ensina-nos que não temos outro caminho a seguir. Bem podem os patrões fazer fínacpé durante uma ou duas semanas às nossas reivindicações, que ao fim e ao cabo acabam por ceder, se quiserem os trabalhos feitos. Quando nos unimos na luta e nos dispomos a lutar, os vencedores seremos nós,

EIS QUANTO CUSTAM os «pássaros da morte»

Um bombardeiro supersónico (desses «sinistros pássaros da morte» que estão espalhando a matança humana e a destruição na terra pátria do Vietnam do Sul e do Norte) custam apenas esta «brincadeira»:

- O equivalente ao salário de 250 mil operários durante um ano!
- Ou o custo de 75 hospitais para 100 camas cada um com o respectivo equipamento!
- Ou o custo de 30 Faculdades de Ciências para 1.000 estudantes cada!
- Ou ainda o custo de 600 mil casas de habitação com todo o conforto!

O capitalismo imperialista utiliza o trabalho do homem, as riquezas, a ciência e a técnica ao serviço da guerra. Ele faz pagar à Humanidade trabalhadora somas inimagináveis com a corrida aos armamentos e à preparação dos meios para a destruição do Homem. O capitalismo imperialista tornou-se uma ameaça ao progresso e à existência da Sociedade. A sua destruição é uma necessidade histórica. Os povos de todo o mundo aspiram a uma vida sem guerra, sem opressão e exploração, sem desigualdade Social, aspiram a uma vida de Paz, de Trabalho, de Liberdade e Bem-Estar.

ABAIXO A GUERRA E O IMPERIALISMO!

A CRISE DA AGRICULTURA...

(continuação da 1.ª pág.)

eles possam continuar a dominar-nos, uma vez que a massa ignorante é mais facilmente iludida pelas suas manhas. Para nós, trabalhadores, reserva-nos uma vida de cada vez mais fome, miséria e sacrificios.

Vejamos o que se passa com o ensino agrícola, que se encontra presentemente numa grave crise. Por que razão existe uma crise no ensino agrícola? Porque o governo fascista, temendo o esclarecimento da consciência política dos trabalhadores, quer mantê-los mergulhados no obscurantismo. Porque, ao reservar para as classes dominantes o monopólio da instrução e da cultura para poder prosseguir na sua política demagógica e de corrupção, não está interessado que os que trabalham a terra aprendam e se formem. Assim, não se constroem escolas, diminui o número dos professores e dos alunos.

Passa-se com o ensino agrícola o mesmo que se passa com a crise da agricultura. Por que razão é que esta existe e cada vez mais grave? É porque o governo de Salazar, aplicando uma política de defesa dos grandes agrários e dos monopólios, empurra o proletariado rural para o desemprego e a emigração; arruína o pequeno e médio campesinato, deixa muita terra sem cultivo e converte em florestas extensas áreas seareiras, isto é, converte o pão do povo em celulose, que, exportada, vai encher a algibeira dos capitalistas.

A cultura e a silvicultura representavam, segundo o recenseamento de 1960, 42, 2%, da população activa total, ocupando cerca de 1 milhão e 400 mil pessoas. Ora o ensino agrícola é praticamente inexistente, tanto para a formação de quadros superiores, como para a de simples trabalhadores agrícolas.

Nas escolas práticas de agricultura (que preparam operários agrícolas e feitores), estavam matriculados em 1962-63 559 alunos e apenas 38 o concluíram. Este número de conclusões é o mais baixo desde há muitos anos. Assim, em 1950-51 concluíram o curso 64 alunos e nos anos lectivos seguintes as conclusões oscilaram, em média, entre os 50 e os 70.

Em todo o país, são apenas 4 as escolas práticas de agricultura.

Quando se levanta o problema da crise da agricultura, não pode deixar de pensar-se no que significam 4 escolas e 5 centenas de alunos para uma população empregada de quase milhão e meio de pessoas. A agricultura portuguesa, em muitas regiões, está ainda à mercê de métodos rudimentares de cultivo, pois os únicos conhecimentos de muitos dos que dela vivem ou foram transmitidos dos antepassados ou aprendidos na luta diária com a terra. Veja-se agora o que são essas centenas de alunos em comparação com os 6.835 alunos do ensino secundário religioso! Em Portugal, dedica-se mais atenção à formação de futuros padres e religiosos do que à de bons trabalhadores e técnicos agrícolas.

Do ensino médio há apenas 3 estabelecimentos (em Coimbra, Santarém e Évora) com um total de 773 alunos inscritos e somente 65 se formaram em 1962-63.

Enquanto no ensino superior afecto à agricultura se formaram, em 1946-47, 124 alunos, em 1962-63 apenas se formaram 47. Em contrapartida, a frequência nas escolas militares é hoje 5 vezes maior do que era em 1936-37 e em 1962-63 formaram-se no ensino religioso, nada menos do que 454 alunos!

Na Escola Superior de Medicina Veterinária, houve em 1950-51 32 diplomados. Esse número baixou

Auxílio a «O Camponês»

Continuamos a publicar todas as dadas pelos nossos leitores e amigos.

Abaixo a política agrária fascista	50\$00
A terra para quem a trabalha	50\$00
Em frente na luta	40\$00
Formemos Comissões de Unidade	50\$00
Liberdade para os presos políticos	50\$00
Liberdade para João Machado	50\$00
Liberdade para José Pacheco	50\$00
Longa vida a Francisco Miguel	50\$00
Ódio a Salazar	211\$00
«O Camponês» espera pela tua ajuda	20\$00
Pela Reforma Agrária	10\$00
Total	631\$00

para 10 em 1962-63. No Instituto Superior de Agronomia houve em 1950-51 51 diplomados, mas em 1962-63 apenas 37.

Em resumo: o número de conclusões no ensino agrícola em todos os graus (elementar, médio e superior) relativamente à população activa empregada na agricultura está na proporção de 1 para 10.000!

As crises da agricultura, do ensino, a exploração e a espoliação dos que trabalham a terra são uma consequência da política de protecção aos grandes agrários e monopólios levada a cabo pela ditadura terrorista de Salazar nestes 40 anos. Só um governo democrático e nacional que realize a Reforma Agrária, que torne acessível as escolas médias e superiores aos filhos dos trabalhadores, estará em condições de transformar a atrasada agricultura do nosso País numa agricultura progressiva, criar os quadros técnicos que esta exige e proporcionar uma vida desafogada para todos os que trabalham a terra.

Escutai Rádio PORTUGAL LIVRE

Emissora Portuguesa ao serviço do Povo da Democracia e da Independência Nacional.

Transmite diariamente, das:

8 às 8,30 em 25 metros; 20 às 20,30 em 32 metros; 22,15 às 22,45 em 32 metros; 0,30 às 0,50 em 36, 40 e 43 metros. Aos domingos transmite das 13 às 13,30 em 19, 20, 25 e 26 metros.

Esta emissão é dedicada aos camponeses.



Voz da Liberdade

Emissora da Frente Patriótica de Libertação Nacional.

Transmite às Quartas e Sábados a partir das 0,15 em ondas curtas de 25, 31 e 49 metros e em ondas médias de 230 e 320 metros.

TRABALHADORES DOS ARROZAIIS E DA APANHADA AZEITONA

As ceifas do arroz e a apanha da azeitona estão à porta. Dentro de poucos dias, os patrões e manageiros começam a contratar pessoal para estes trabalhos.

Já não é nada cedo para começarmos a organizar a nossa luta e assentarmos na jorna a pedir.

O ano passado nalgumas regiões, como por exemplo, na de Montargil, Couço, Alcáçovas, Évora, etc., conquistaram-se jornas na ceifa do arroz entre os 40 e 50\$00 para homens e de 30 a 40\$00 para mulheres. Em contrapartida, nas lavras da região do Sado, as jornas não passaram dos 30 e 20\$00 respectivamente.

Nada justifica tão grande diferença de jornas. Acaso o custo de vida é mais barato e a exploração patronal é menor na região do Sado que nas outras regiões onde as jornas foram mais elevadas? Não, não é. A coisa é a mesma. Somos até levados a crer que os patrões aproveitando-se da falta de unidade dos trabalhadores da região do Sado, têm conseguido impôr-lhes piores condições de trabalho do que nas outras regiões.

Todos conhecemos bem a violência deste trabalho e como ele é prejudicial à nossa saúde. Não o devemos fazer por menos de 50\$00 PARA HOMENS E DE 40\$00 PARA MULHERES.

Na apanha da azeitona conquistaram-se jornas de 35\$00 para homens e 20\$00 para mulheres. Nalgumas regiões como por exemplo na de Montemor, os trabalhadores tiveram que recorrer à greve de 3 e 6 dias para alcançarem estas jornas. Também este ano, se lutarem unidos e firmes como lutaram o ano passado, estarão em condições de conquistar a jorna mínima de 40\$00 e de 25\$00 respectivamente. Os patrões preparam-se para nos impôr as mesmas jornas do ano passado e péssimas condições de alojamento aos ranchos que saíam para fora das suas regiões.

Unidos e organizados rechacemos estas manobras. O custo de vida não pára de subir e as nossas jornas também não podem parar de subir. Lutemos pela sua elevação e exijamos, logo na altura do contrato, alojamentos condignos e não

malhadas ou cabanas de animais, autênticos vespeiros de parasitas. E os ranchos que não saíam das suas regiões devem exigir que sejam transportados à custa do patrão das suas terras para o trabalho e vice-versa.

Trabalhadores da região do Sado! Segui o exemplo de luta por melhores jornas dos vossos irmãos de classe das outras regiões! Univos na luta e fortalecei a vossa unidade! A vitória das trabalhadoras da lavra da Barrosinha contra a argola e tantas outras magníficas vitórias que alcançásteis com a luta, devem servir de exemplo para a conquista de maiores jornas.

Conversemos uns com os outros,

façamos REUNIÕES de TRABALHADORES para organizarmos a nossa luta. Formemos COMISSÕES de UNIDADE com homens e mulheres dispostos a contactar com as comissões ou trabalhadores de outras terras e outras regiões mais dispostos a lutarem pelos interesses da nossa classe.

Transformemos as jornas de 50\$00 para homens e 40\$00 para mulheres na ceifa do arroz e a de 40\$00 e 35\$00 respectivamente na apanha da azeitona, em jorna mínima para estes trabalhos.

Se nos soubermos organizar e lutar unidos e firmes, os patrões não terão outro remédio senão satisfazer as nossas reivindicações.

Uma politica agrária...

(continuação da 1.ª pag.)

mente o escoamento dos produtos. Para o camponês pobre, uma fraca colheita é causa de dificuldades e uma boa colheita também o é.

O governo anuncia agora três grandes «directrizes gerais» da sua política agrária. A primeira é a «estruturação duma agricultura fortemente empresarial através de créditos que facilitem a constituição de empresas dimensionadas e equipadas». A segunda é a elevação da «produtividade da terra e do trabalho agrícola» através da mecanização e da «reconversão agrária». A terceira é o «melhoramento da comercialização dos produtos agrícolas» («Plano Intercalar de Fomento»).

As duas primeiras põem como objectivo o desenvolvimento das grandes explorações capitalistas, à custa sobretudo da eliminação das pequenas explorações familiares que não sejam consideradas «economicamente viáveis» (sic). E a terceira? Que significa «melhorar a comercialização dos produtos agrícolas»? Aproximar os pequenos produtores do mercado? Arrancar o comércio dos produtos agrícolas ao controle e à especulação dos grandes agrários, armazenistas e grossistas? Permitir pela eliminação do aparelho de intermediários e da

organização corporativa, o estabelecimento de preços mais compensadores para os camponeses sem sobrecarregar os consumidores? Levá-los camponês a produzir mais e produtos de melhor qualidade, tocado pelo estímulo material? Nada disso! Para os fascistas, «melhorar a comercialização» é criar centrais de selecção e transformação e industrializar os produtos agrícolas através de «unidades industriais convenientemente dimensionadas e localizadas».

Não há que ter ilusões. Só organizando-se e lutando unidos, os pequenos produtores e camponeses poderão impedir que o regime, os grandes agrários e latifundiários os expulsem da terra.

E os exemplos de como organizarem-se lhes dão os operários agrícolas. Se estes podem constituir Comissões de trabalhadores, por que não constituem os produtores e camponeses as suas Comissões? Por que não constituem essas Comissões em cada freguesia, em cada distrito ou província? É verdade que isto não é fácil, mas também não é impossível. Através destas Comissões podiam superar a dispersão em que se encontram, organizar a acção para a defesa dos seus interesses e de resistência às medidas anti-camponesas do governo.